

A HISTÓRIA DAS MULHERES. CULTURA E PODER DAS MULHERES: ENSAIO DE HISTORIOGRAFIA*

Resumo: Este artigo, uma crítica à produção da história das mulheres sob fundamentações feministas nos anos 1970 e 1980, faz um balanço dos conceitos daí advindos e de suas repercussões sobre o conhecimento histórico. A partir das questões e dos objetos postos pelas pesquisas sobre o masculino e o feminino e das revisões conceituais surgidas nas novas tendências da historiografia, avalia sua mudanças e reconhece sua efetiva contribuição para os estudos sobre relações de dominação, poder e contrapoder, o público e o privado, dentre outros, de interesse da história social.

Palavras-chave: História das mulheres; Historiografia; Feminismo.

O longo período de invisibilidade feminina e as formas mais atuais assumidas pela história das mulheres informam muito sobre o seu lugar na disciplina histórica. Tanto trazem esclarecimentos sobre a escolha dos objetos tais como se apresentam num dado momento para a

história, como informam sobre a maneira particular de tratá-los. Decorridos dez anos, houve mudanças importantes na forma de identificar e analisar os objetos históricos. No interior deste amplo movimento sobre o qual poucas reflexões foram desenvolvidas, a história das mulheres oscilou entre sistemas muito variados de exclusão, de tolerância e de banalização, esse último, tema da maior importância no momento. Colocá-los em evidência responde a um duplo objetivo: o de permanecer crítico com respeito às formulações próprias à história das mulheres; o de questionar, por outro lado, a necessária relação entre este campo de estudos e o conjunto da pesquisa histórica. Trata-se de um projeto ambicioso e sabemos da dificuldade de colocá-lo em prática: sempre é mais fácil formular ques-

* Publicado originalmente em ANNALES, ESC, Paris, n. 2, p. 271-293, mars-avril, 1986. Este artigo, resultado de uma pesquisa interdisciplinar desenvolvida, por vários anos, sobre os problemas do masculino/feminino, trazido a um seminário realizado no Centro de Pesquisas Históricas, teve a colaboração de: Cécile Dauphin (CRH-CNRS); Arlette Farge (CRH-CNRS); Geneviève Fraisse (Philo-CNRS); Christiane Klapisch-Zuber (CRS-EHESS); Rose-Marie Lagrave (Sociologie-EHESS); Michelle Perrot (Histoire-Paris VII); Pierrette Pézerat (CRH-EHESS); Yannick Ripa (Histoire-INRP); Pauline Schmitt-Pontel (Histoire-Paris VII); Danièle Voldman (IHTP-CNRS). Traduzido por Rachel Soihet, Rosana.M. Alves Soares, Suely Gomes Costa.

tões do que resolvê-las. Mas a história não é somente produção de saber, é também formulação de perguntas. As questões que suscita e que lhe são propostas são também um campo específico de pesquisa, espaço de reflexão sempre aberto a uma impreterível discussão. Escolher para isto a revista, *Annales*, não decorre do acaso, nem mesmo do desejo de demarcar um território numa publicação que, sem ignorar a história das mulheres, não lhe tem concedido um grande espaço. Trata-se, sobretudo, de colocar abertamente questões concernentes aos modos de análise dos papéis sexuais – matéria da qual a revista tem freqüentemente se ocupado –, e de suscitar indagações quanto às formas pelas quais uma certa historiografia recente pode apropriar-se do campo de estudo do masculino e do feminino.

Em poucas palavras, vale lembrar um percurso que ninguém seguiu nessas circunvoluções. A partir da constatação de negação e de esquecimento, a história das mulheres toma seu impulso em 1970, apoiada na explosão do feminismo e articulada ao crescimento da antropologia e da história das mentalidades, incorporando as contribuições da história social e dos aportes das novas pesquisas sobre memória popular. Esse foi o período-chave dessa produção intelectual: as militantes dos movimentos feministas fazem a história das mulheres antes mesmo que as próprias historiadoras a façam. Com esse impulso, as universidades abrem-se aos grupos de pesquisas, reconhecendo seu valor, encorajando trabalhos e temas. Dois pólos de reflexão estruturam essa efervescência intelectual: um que faz surgir as mulheres no seio de uma história pouco preocupada com a diferenciação sexual; outro que demons-

tra a opressão, a exploração e a dominação. Nesse contexto particular, onde a ideologia e a identidade são constitutivos do objeto estudado, a história das mulheres é, antes, um acréscimo à história geral. Nas suas teses, os homens escreviam sobre este capítulo suplementar, óbolo simbólico deixado a um feminismo que os invade. Feminismo, mas não história do feminismo: eis a confusão sabiamente mantida, quando é necessário destacar uma coisa da outra. São dois objetos distintos: a história das mulheres e a história do feminismo. Seria uma a sub-parte da outra, parte de uma parte já difícil de ser reconhecida pela disciplina histórica? Ou, a articulação entre ambas não seria algo mais complexo, uma vez que o feminismo histórico excede, por suas questões singulares, a história das mulheres? De qualquer modo, a história das mulheres permanece, na verdade e na maior parte, trabalho das mulheres, tolerado ou marginalizado, mas sem qualquer controle do rumo da disciplina.

Na medida em que se desenvolve um novo campo de pesquisas, mais organizado ou mesmo mais sólido, uma parte das historiadoras percebe o grave perigo de isolamento intelectual posto pela tendência que conduz a estudos, na verdade, muito tautológicos. Se pretendem dar conta de toda a disciplina histórica, vêem-se obrigadas a afinar seus conceitos e a dirigir um olhar crítico sobre tudo aquilo que produziram. É hora de começar os balanços, constituir grupos críticos, realizar com a ajuda dos poderes públicos um colóquio, (FEMME..., 1983) criar no CNRS uma Ação Temática Programada específica. Este reconhecimento oficial da "questão mulheres" amplia, para algumas, as interrogações que elas formulam, há algum tempo, sobre o

manejo de seus conceitos. Reativa o temor de que a história das mulheres, por suas fragilidade, não chegue a ser um elemento importante da disciplina histórica, nem mesmo uma pedrinha no sapato. Eis, em síntese, estas fragilidades:

- a predileção sempre sensível pelo estudo do corpo, da sexualidade, da maternidade, da fisiologia feminina e das profissões próprias de uma “natureza” feminina;
- a dialética sempre utilizada da dominação e da opressão que não sai senão do enunciado tautológico, uma vez que não se tenta analisar por quais mediações específicas, no tempo e no espaço, esta dominação se exerce;
- uma inflação de estudos sobre os discursos normativos que mal levam em conta as práticas sociais e os modos de resistência a estes discursos, e que induz, algumas vezes, a uma espécie de autofascinação pela infelicidade;
- um desconhecimento da história do feminismo e de sua articulação com a história política e social;
- uma falta de reflexão metodológica e, sobretudo, teórica.

Paralelamente a estas incertezas, a própria história muda de fisionomia, segundo inflexões que não são inteiramente perceptíveis quando surgem. Particularizamos a notável irrupção masculina, na etnologia e na história, na pesquisa sobre a diferenciação dos papéis sexuais: os trabalhos de M. Godelier (1982) e de G. Duby (1981) são, neste aspecto, emblemáticos de uma tomada de consciência geral. Essa tomada de consciência se faz no interior da tendência comum ao conjunto da pesquisa histórica: a de incorporar as contribuições vindas da his-

tória das mentalidades e da atualização de novos objetos, tais como a sexualidade, a criminalidade, a morte, a alimentação, o desvio. Estes papéis, tão valorizados recentemente, são hoje menos atraentes e até mesmo abandonados, embora tratem de problemas que, na realidade, estão longe de serem resolvidos. Outros grandes temas – cujo risco é o de nivelar a leitura das relações sociais – emergiram: o medo, o pecado, as relações entre vida privada e vida pública. Neste percurso, um novo campo de pesquisas é chamado a desenvolver-se: a história das representações sociais e culturais (numa menor proporção que aquela das representações políticas). É neste quadro que uma nova noção encontrou lugar, a da “cultura feminina,” lugar das análises dos gestos e práticas.

Sem dúvida, o sucesso da história cultural e daquela das representações, a contribuição crescente dos debates etnológico e antropológico concederam aos estudos sobre os papéis sexuais outra fisionomia. Fisionomia a escutar ainda mais atentamente, na medida em que se impõe e é também caucionada por uma corrente historiográfica inovadora e brilhante. Procurando descrever os papéis femininos, chegou-se a traduzir um certo número de práticas específicas que, por um jogo de compensações, de interferências ou de significações simbólicas terminam por desenhar os traços de uma cultura feminina sem a qual seu sentido social seria diluído (REVEL, 1984, p. 122-140). Nessa mesma perspectiva, o jogo das oposições simbólicas entre o masculino e o feminino, sempre movido e com significações diferentes segundo épocas e motivos, constitui-se em uma maneira de mostrar que os papéis sexuais se construíram solidamente para lutar contra toda forma de indiferenciação sexual, considerada como decisiva para as sociedades. Por se deixar de colocar em dúvi-

da uma tal problemática, tornou-se necessário salientar os limites e os efeitos perversos dessa abordagem, e propor uma reflexão metodológica que resgatasse os conhecimentos adquiridos e enfrentasse os seus impasses.

Ter poder? A abordagem cultural dos sexos

É justo afirmar que, pertencer a um ou outro sexo diferencia atitudes, crenças e códigos numa determinada sociedade. É justo também observar que isto diferencia as sociedades entre si: graças a este parâmetro, novos campos de pesquisas e estimulantes áreas de conhecimento foram abertos. Parece interessante ressaltar dois: a identificação de objetos, de lugares e de condutas femininas e a inflexão do binômio dominação masculina/opressão feminina, antes subjacente a todo estudo sobre os papéis sexuais.

Nomear, identificar, quantificar a presença das mulheres nos lugares, nas instâncias, nos papéis que lhes são próprios, aparece como uma etapa necessária, um justo retorno das coisas. São assim iluminadas as categorias do masculino e do feminino, até aqui escondidas sob um neutralismo sexual, que só beneficia o mundo masculino. Depois de estudados, por exemplo, os modos de sociabilidade masculina, tais como as abadias da juventude, os recrutados, os cafés e cabarés etc., torna-se legítimo examinar a sociabilidade feminina, segundo este mesmo critério de separação. Decorrem daí frutuosos estudos sobre o lavadouro, o forno, o mercado e a casa e algumas avaliações sobre os lugares femininos pouco ou bastante ligados a tarefas de produ-

ção, enquanto os lugares masculinos são, na maioria das vezes, ligados ao lazer. Do mesmo modo, tempos significativos de períodos da vida, como o nascimento, o casamento ou mesmo a morte são tomados como objetos de estudo. É o caso do trabalho etnológico de Y. Verdier (1979), que decifra, na sua coerência social e simbólica, os gestos da costureira, da lavadeira e da cozinheira. Apreende-se deste trabalho o laço (espécie de fio de Ariadne) que tece a coerência dos discursos, dos gestos, das técnicas e dos papéis exercidos pelas mulheres numa pequena aldeia de Borgonha. No seio da cultura feminina, encontram-se os poderes singulares de seus corpos, enunciados como uma série de interdições e de relações privilegiadas com o tempo.

De forma paralela, os trabalhos de Agnès Fine sobre o enxoval feminino mostram claramente os processos de identificação da mulher com os objetos que o compõem (EINE, 1984, p. 156-180). Numa perspectiva um pouco diferente, a obra recente de J. Gelis (1989) constrói-se em torno dos ritos do nascimento do século XV ao século XIX, o que permite inventariar uma infinidade de gestos individuais e coletivos, encarregados de conduzir à vida e de afastar a ameaça da morte. Neste reconhecimento dos lugares e das condutas femininas, não são esquecidos os estudos que concernem à vida conventual ou à existência de associações femininas (LES ASSOCIATIONS..., 1984).

Por outro lado, certos trabalhos estavam imersos numa problemática ao mesmo tempo restringida e restritiva, onde somente a dialética da dominação e da opressão organizava o cenário, sem que jamais fosse concedida qualquer atenção às variações frequentes e com-

plexas ou às formas de poder exclusivamente feminino. As relações entre os sexos não podiam resumir-se a uma única explicação, invariante e universal: a supremacia masculina. Fazendo isso, ignoravam-se as numerosas contribuições oriundas dos estudos ditos culturais. Com efeito, se as mulheres têm sua versão do sentido social, se controlam o uso de práticas que acompanham a vida e a morte, torna-se evidente que elas possuem “o” poder, cuja análise deve reorientar o debate geral, abrir novas interseções de leitura. A partir daí, evidencia-se a oportunidade de construir estudos livres de toda ganga tautológica paralisante e capazes de dar conta do conjunto sempre move-dido das realidades.

Tomemos o exemplo da obra de Martine Segalen (1980) consagrada à sociedade rural do século XIX. A autora marca claramente a maneira pela qual a autoridade masculina e os poderes femininos são os dois vetores que estruturam ao mesmo tempo a vida sexual, o trabalho, o espaço, as relações do casal com sua comunidade, e como inscrevem-se tão bem nos rituais e nas representações. Por outro lado, Annette Weiner, retomando um dossiê que se pode dizer arquetípico (*les Iles Trobriands*) e voltando-se para terrenos conhecidos, observa de uma nova maneira a troca de objetos tradicionais pertencentes às mulheres (folhas de bananeiras) por ocasião das cerimônias de luto. Ela reconsidera a interpretação da circulação das riquezas feita pelos antropólogos que a precederam, e descobre um outro sistema de explicação social, fundado, desta vez, sobre papéis femininos, até aqui silenciados porque não entrevistados. Esta focalização recente nos poderes femininos representa uma conquista evidente. Assim, o inventário

do domínio privado a que nos tinham habituado os eruditos e historiadores do século XIX enriqueceu-se de uma leitura em termos de poder e de uma análise da confrontação real e simbólica entre a vida privada e a vida pública.

Entretanto, este avanço dos estudos sobre os poderes femininos comportaria o perigo de deslizar por caminhos muito fáceis ou em direção a usos ideológicos até certo ponto falaciosos. Reconhecer-se que, em termos de cultura, as mulheres possuem poderes, pode introduzir tais abordagens numa perspectiva conciliadora, justapondo culturas ao mesmo tempo plurais e complementares, esquecendo que a relação entre os sexos é muito marcada pela violência e pela desigualdade. Um esforço de rigor teórico evitaria que nascessem novos estereótipos dissimulados sob modernas formulações.

Impasses

Utilizado em numerosos estudos rurais (SEGALIN, 1982), o tema da complementaridade funcionará tão bem que vai impor a imagem definitiva de uma divisão dos espaços, dos tempos, dos gestos cotidianos, dos rituais entre homens e mulheres e apresentar um modo equilibrado de papéis e tarefas, nem antagonicas nem concorrentes: a vida social, assim, parece organizada em torno de dois pólos aparentemente equivalentes – a autoridade masculina de um lado, os poderes femininos do outro. Mesmo que algumas vezes seja demonstrado que a divisão sexual das tarefas não é fixa, e que essas tarefas se organizam em zonas de intercessão e de troca que desordenam a oposição entre trabalho doméstico feminino e trabalho de produção masculino,

a noção de complementaridade não deixa de comportar ambigüidades. Assim, as tarefas domésticas jamais são mistas. Os gestos em torno da água, do fogo e do preparo dos alimentos são gestos femininos que os homens não podem praticar sem que haja uma desvalorização. Materialmente e simbolicamente, os homens não procuram, por outro lado, conquistar este domínio. Contrariamente, verifica-se que as tarefas habitualmente masculinas necessitam da intervenção feminina para serem concluídas. Neste caso, as mulheres não tiram daí nenhum acréscimo de prestígio, pois a "qualidade" feminina aboliria, naquilo que é tido como próprio à natureza, todo valor de qualificação adquirida por uma aprendizagem – processo encontrado em todas as classificações do trabalho contemporâneo. Em suma, as mulheres não são "desqualificadas", jamais são "qualificadas".

Se a complementaridade dá conta de uma realidade em que a associação da mulher e do homem revela-se necessária, ela apaga o fato de que a distribuição de tarefas possui, apesar de tudo, um pólo positivo e um pólo negativo e de que contém nela um sistema de valor hierárquico. Papéis complementares talvez, mas subordinados um a outro. Pelo menos, o conceito de complementaridade deveria ter integrado a distinção, feita desde 1970 por Lucienne Roubin (1970; LAGRAVE, 1983, p. 9-40), entre complementaridade de subordinação e complementaridade de emulação. Tomando-se, por exemplo, o caso da agricultura, a divisão técnica do trabalho entre homens e mulheres (os homens lavram, semeiam; as mulheres colhem, tiram as ervas daninhas) pode ser analisada em termos de complementaridade,

caso permaneça somente no nível técnico. Mas, no momento em que a sociedade camponesa codifica e valoriza diferentemente esta complementaridade técnica, "lavar-semeiar" são trabalhos nobres, enquanto "tirar ervas daninhas-colher" são trabalhos subalternos. A complementaridade torna-se um princípio de hierarquização dos papéis, e tem-se, na verdade, uma relação com uma complementaridade de subordinação, ou "de oposição complementar", que não apaga as divergências e convergências de interesses, as desigualdades de direitos, as relações contraditórias entre homem e mulher na relação do casal (ÉTUDES..., 1983, p. 9-40). Estas pesquisas, e muitas outras, sugerem que, daqui em diante, não somente a divisão técnica das tarefas, mas também os valores e símbolos que lhes são vinculados sejam relevantes.

Outros exemplos podem ilustrar este esquema: se o enxoval traça uma longa história de mãe para filha, se o cozimento do sangue do porco é tão essencial quanto o golpe de faca aplicado sobre o animal, ninguém pode negar que existe uma diferença hierárquica entre as práticas masculina e feminina. Diferença que pode também conter uma certa forma de violência: matar o porco teria essa representação simbólica seguramente. Já a cocção do sangue representaria o banal, mas também o acolhimento; é também um gesto cuja existência depende do primeiro e que só tem sentido na dependência da iniciativa e da força deste.

Do mesmo modo, no livro já citado de J. Gélis: para além do inventário erudito dos ritos e costumes cotidianos envolvendo o nascimento, fica no leitor uma impressão de grande violência, sem que o próprio autor se dê conta disso. Este nem toma conhecimento, nem pa-

rece percebê-la na sua intensidade. Todavia, essa obra mostra a maneira como a mulher em trabalhos de parto encontra-se regida pelo trabalho que deve acionar sobre si mesma e contra os elementos naturais e sobrenaturais, para chegar, custe o que custar, a um nascimento bem sucedido. Assim, parece esmagada por preceitos que, a todo instante, procuram colocá-la numa sintonia ideal com o cosmos para chegar com sucesso ao seu objetivo, parecendo, ao mesmo tempo, viver o medo angustiante de não atingi-lo. Deve, pois, entregar-se a uma atividade incessante para que Deus e a natureza não a traiam. A situação descrita pelo autor (mas teria sido necessário poder estudar as transgressões e as indiferenças que simultaneamente, suscita) insinua a leitura de um estado de desequilíbrio permanente que a mulher deve remediar, uma batalha que conduz sozinha na maioria das vezes para não estar “em débito”. Não há nenhuma complementaridade possível neste nível, mas um medo e uma violência, estruturando ritos e comportamentos femininos, pouco levados em conta.

A idéia tão tranquilizadora de complementaridade tem como consequência afastar o espectro da contestação e digerir de antemão tal ameaça, tornando imperceptíveis as modalidades e os traços específicos dessa experiência. A perspectiva que tolera a inversão sem que sejam tocados os termos que a fundamentam, cria o império da doçura e da conciliação. Nela, o estudo do masculino/feminino imobiliza-se num silêncio profundo sobre as possibilidades de tensão e conflito, de rivalidade ou de tomadas de poder sucessivas. Uma certa história das mentalidades pode certamente facilitar tal orientação. A partir de uma

definição cultural dos espaços masculino e feminino se edificaria um equilíbrio real e simbólico entre dois mundos de onde seriam excluídas as confrontações e violências. Daí, os jogos sociais (compensação, consentimento e oposição, por exemplo) estarão enfraquecidos pela necessidade constante que as duas posições simbólicas e práticas teriam uma da outra, no meio de um sistema de valores dados como equivalentes. Assim formulada, a realidade conflitante e contrastada do cotidiano torna-se mascarada e, como resultado, resvala-se da noção de diferença dos sexos para a de imposição de uma estrutura binária da sociedade que exclui o atrito. A perspectiva é tentadora, mas redutora.

O deslocamento da problemática em direção ao reconhecimento de uma “cultura feminina” efetuou-se após pesquisas pioneiras que privilegiaram os momentos da história em que esta cultura, admitida em seu lugar próprio, podia ser observada. Seu terreno de eleição, a sociedade rural, é descrito sem nenhuma referência ao contexto histórico, às mudanças cruciais do século XIX ou dos primeiros anos do século XX – estrada de ferro, serviço postal, escola, sufrágio “universal”, migrações, guerras, urbanização – ou aos fatores de mutação interna como as inovações técnicas ou o custo da terra. Uma sociedade imóvel, em equilíbrio, sem história, emerge destas análises que deixam uma estranha impressão de atemporalidade e que parecem valorizar uma cultura em vias de desaparecimento.

Os “fatos históricos” que esta história encadeia, purgados de eventos e do conflito, tiram seu sentido da repetição – dos gestos, dos ritos, dos dizeres – que leva a extrair invariantes, até mesmo uni-

versais, para caracterizar a relação entre os sexos. Colocando-se uma sociedade camponesa como congelada, o olhar dos pesquisadores escolhe levar em conta apenas os materiais que realçam um discurso mitológico. Escritos de folcloristas, representações literárias ou plásticas, discursos normativos, até provérbios situam todos um problema de estatuto. Eles colocam em cena a cultura camponesa sem deixar escutar, nem datar, a palavra camponesa. Discurso que confunde inocência e natureza, sexualidade animal e humana, ousadia e submissão da mulher. Nada se interroga sobre a origem destes estereótipos, sobre a maneira como são veiculados, sobre sua especificidade no quadro da sociedade rural do século XIX. Alimentada da experiência etnológica, esta visão da cultura rural e das relações masculino/feminino que aí se desenvolvem prefere descrever estruturas imóveis, mais do que tempos movediços de evolução, de confrontação, de questionamentos. No máximo, a história das relações entre os sexos inscreve-se numa história de longa duração. As raras tentativas para distinguir entre um tempo longo e um tempo curto parecem desviar-se do caminho. Na conclusão do seu artigo sobre o enxoval pirenaico, Agnès Fine propõe dois níveis de análise para a história das relações entre os sexos. As condições políticas, econômicas, sociais do lugar das mulheres numa dada sociedade dependeriam da cronologia precisa, digamos, do tempo curto; a simbólica sexual, a maneira como os dois sexos pensam sua relações pertenceriam ao tempo longo: elas seriam mais do domínio da permanência do que da mudança. Esta distinção não é sem falha.

A dialética do tempo longo e do tempo curto, familiar aos historiadores destes dois últimos decênios, concerne, geralmente, a objetos distintos. Neste

caso preciso, ela se desenha, pelo contrário, no interior de um mesmo campo: as relações entre os sexos. Como então articular uma “simbologia” dos sexos que resiste passivamente com uma prática da divisão dos sexos sujeita a mudanças? Em boa lógica – a lógica de uma teoria das representações que sublinha as relações do imaginário com as estruturas sociais e políticas, qualquer que seja a complexidade dessas relações – uma tal relação não é concebível. Ou nada muda de lugar – nem o lugar das mulheres, nem o pensamento sobre a divisão dos sexos – ou tudo muda. De um ponto de vista metodológico, estabelecer esta diferença entre um tempo real submetido à história, e um tempo das mentalidades mais ou menos fora da história, é bem pouco satisfatório. A distinção entre os “dois níveis de análise” permanece muito formal, e é a inserção da “cultura feminina” no tempo longo da história que permanece privilegiada.

Mesmo deste ponto de vista, o desvendamento permanece insuficiente. Aceitemos a hipótese desta inserção como verdadeira. Apliquemos a ela as reflexões críticas de Michel Vovelle (1978, p. 316-343) que analisa todos os riscos dessa perspectiva. Verificar-se-á logo que todos os trabalhos que segundo ele, vinculam-se legitimamente à história da longa duração – a história da família, do amor, do casal, da criança – são precisamente aqueles que destacam, o mais quotidianamente, a “diferença dos sexos”; ora, eles não a tratam como assunto. De outro modo dito, nossas reticências diante da problemática da longa duração vêm de uma constatação: nenhum dos estudos de história antropológica sobre os temas que tocam à diferença de sexos, nenhum daqueles que se ocupam

mais precisamente das mulheres, conseguiu, apoiando-se na longa duração, colocar diferentemente e historicamente, a questão das relações entre os sexos.

Pensar de outro modo a cultura feminina

Não se trata somente de reconstituir os discursos e saberes específicos às mulheres, nem mesmo de lhes atribuir poderes não reconhecidos. É preciso compreender como uma cultura feminina se constrói no interior de um sistema de relações desiguais, como ela mascara as falhas, reativa os conflitos, baliza tempos e espaços, como, enfim, pensa suas particularidades e suas relações com a sociedade global. Duas pesquisas, na nossa opinião exemplares, nos ajudarão.

Num estudo sobre as burguesas do Norte da França no século XIX, Bonnie Smith (1981) analisa como, excluídas após 1860 da gestão dos assuntos a que estavam até então associadas, estas mulheres tiveram que modificar profundamente seu papel na sociedade. Torna-se necessário, desde então, que administrem toda a casa, composta de numerosa família e de criadagem. Em conseqüência, constroem uma nova representação de si mesmas, em particular, no mundo romanesco que domina seu círculo social. Elas são igualmente levadas a fundar seus próprios valores, sempre em oposição à ideologia masculina da época: assim pregam, por exemplo, a fé contra a razão, a caridade contra o capitalismo, o matriarcado doméstico contra a gestão econômica, a alta consciência moral contra o dinheiro.

A infelicidade das mulheres faz a felicidade dos homens? É a pergunta que se faz Marie-Elisabeth Handmann (1983) a propósito de um pequeno lugarejo grego dos anos de 1960. Ela mostra como o antagonismo dos sexos é constitutivo de cada identidade, sem criar para tanto a solidariedade de sexo, notadamente nas mulheres. O confinamento e o isolamento na casa apenas deixa às mulheres a astúcia para sobreviver à violência dos homens. Numa sociedade economicamente fechada, encerrada na rigidez dos códigos sociais e culturais, vê-se circular a dupla causa da infelicidade humana: a negação de toda liberdade para as mulheres e o controle sexual permanente a que são submetidas, provas das frustrações masculinas. Assim se exprime, sempre na violência, uma virilidade que não pode viver na troca, já que ela obedece ao dever da dominação. Desde então, perpetua-se uma identidade feminina reduzida ao estatuto obrigatoriamente infeliz, mas obrigatório ainda assim, de esposa e de mãe, conforme o modelo único. A transgressão se paga com a exclusão ou com uma violência, às vezes mortal.

Eis duas épocas, duas sociedades, duas culturas e duas abordagens da história das mulheres das quais se pode tirar ensinamentos. É necessário, em primeiro lugar, assumir a herança da dupla acepção da palavra cultura. No uso clássico, esta evoca as faculdades intelectuais e as produções do espírito. A acepção antropológica, em compensação, remete a um conjunto de significações que se enunciam nos discursos ou nas condutas aparentemente menos "culturais": modelos herdados, enraizados nos símbolos em todas as formas de expressão que permitem ao indivíduo comunicar, perpetuar e

desenvolver seu saber e suas atitudes sobre a vida (GEERTZ, 1983, p. 89). Nos estudos sobre as mulheres, a passagem da acepção clássica para a uma abordagem culturalista é uma maneira implícita de retomar uma dificuldade; recusando situar as mulheres do lado das produções intelectuais, evita-se analisar os mecanismos de exclusão, e, sobretudo, “pensar as diferenças de sexo no mesmo nível de abstração teórica que o parentesco, o político e o econômico” (WEINER, 1983).

Então, restam as praias abandonadas dos gestos, das técnicas, das maneiras de dizer e de fazer. Valorizar os gestos da vida cotidiana não permite compreender por quais mecanismos os campos específicos de um ou de outro sexo se constituíram e como se operaram as desqualificações, quando um motivo cultural passava de um sexo a outro. Importa, sobretudo, identificar a maneira pela qual se imbricam as diferentes figuras culturais; desde então, saber se é preciso chamar de “feminino” o que é criado pelas mulheres ou o que lhes é destinado, torna-se um falso problema.

No estudo da aldeia grega, a pertinência das tentativas de M. E. Handmann é clara: ela analisa os mecanismos pelos quais as categorias de pensamentos fundamentais podem tornar-se esquemas interiorizados; a dominação masculina perpetua-se de geração em geração apenas porque ela passa também pela interiorização feminina. Entre as burguesas do Norte, as figuras triunfantes da mulher reinando na família combinam-se com as fragilidades de um sistema de signos complexo, rígido, inteligível somente para os interessados. Presença forte, mas contida na família, invasão do imaginário privado e público: este jogo contraditório desenvolve-se nas prá-

ticas, nas normas e nas representações romanescas. Ele nos convida a colocar uma questão: como tal imaginário, onde o feminino tem este lugar, pode se desenvolver numa sociedade com poder exclusivamente masculino?

O consenso em que vivem os membros de uma comunidade, e que está contido na definição antropológica da cultura, funda a existência e a vitalidade desta. Neste sentido, a cultura das mulheres é certamente aquela que interessa a toda a comunidade; mas todo elemento cultural deve ser pensado em termos de relações e dependências: ao outro sexo, ao grupo social, ao contexto político e econômico, ao conjunto do domínio cultural. A divisão jamais é neutra: o importante é qualificar as posições de cada sexo, já que um sistema de valores fundado na apartação não é necessariamente fundado na equivalência. Assim, o realce dado à importância do papel das mulheres em certos níveis da vida social não deve fazer recuar o problema central da dominação masculina. Nessa aldeia grega contemporânea, como nas cidades do Norte do século XIX, é realmente sobre uma relação desigual que se focalizam resistências masculinas inconfessadas, e que se cristalizam, de maneira contraditória, acusações e justificativas-álibi das mulheres afastadas de suas aspirações e de suas atribuições.

Parece que a história da cultura feminina não pode marginalizar conflitos e tradições. Eles devem, pelo contrário, tornar-se um ponto nodal. Como toda cultura, esta desenvolve-se dentro de tensões que administram equilíbrios simbólicos, contratos e compromissos mais ou menos temporários. Os silêncios, as ausências, usos específicos articulam estes conflitos que, sucessivamente, legitimam,

deslocam ou controlam a razão do mais forte (CERTEAU, 1980, p. 18). Deve-se disso fazer a história.

Ter o poder?

“As mulheres, que poder!”.⁶ Este quase-aforismo não exprime uma tática de prêmio de consolação, mas uma convicção largamente partilhada, pelos cidadãos de ontem como pelos historiadores de hoje, igualmente persuadidos de que “os costumes” – o privado, a sociedade civil – contam definitivamente mais do que a política e o Estado. As experiências e as ideologias contemporâneas, atingidas pelo fracasso dos voluntarismos e pela força da inércia, valorizam, por sua vez, o social oposto à “ilusão do político”. Assim, as correntes ligadas a 1968 sublinhavam o papel motor das periferias – marginais, minorias, mulheres – e a invenção criadora do cotidiano. Este tipo de análise, de conteúdo heurístico considerável e tributária da história sociocultural das longas durações, tem, entretanto, o inconveniente de apagar novamente os conflitos e as tensões: luta das classes e luta dos sexos. O retorno a uma certa “história-política” – sobretudo “história do político” – não significa retornar a uma narrativa dos fatos, mas refletir sobre os jogos, os agentes, as formas de mobilização, os consentimentos, as seduções e as resistências. A dimensão sexual desta análise não é, todavia, evidente. “Uma relação política, só existe entre grupos sociais”, exclamava um interventor por ocasião de um recente colóquio (apud MATHIEU, 1985). Como introduzir esta dimensão, fazendo a história das mulheres beneficiar-se destas novas contribuições?

As modalidades da dominação masculina

Responder à interpelação precedente, implica em lembrar que as relações entre os sexos são relações sociais. Não são dados naturais, mas construções sociais, e seu estudo é do mesmo tipo que aquele das outras relações, igualitárias ou não, entre grupos sociais. Nesta perspectiva, a “dominação masculina” é uma expressão, dentre outras, da desigualdade nas relações sociais. Esta forma de desigualdade é incluída no funcionamento de numerosas sociedades, qualquer que seja seu grau de desenvolvimento. Ela não é específica das sociedades ocidentais e deslocá-la para outros espaços não leva ao risco de um etnocentrismo exagerado (apud MATHIEU, 1985). Apesar das míticas Amazonas, “não se teve a prova formal até o presente de que existam sociedades isentas de dominação masculina” (GOLDELIER, 1983, p. 7). Falar de “dominação masculina” decorre de uma constatação científica e não de um julgamento moral: o que é ao mesmo tempo largamente sabido e regularmente questionado!

Nós exprimimos o receio de que esta noção e seu corolário, a subordinação feminina, não constituem uma aporia para a história da mulheres, e o desvio pela problemática da cultura feminina não o fez desaparecer. Ora, eis que esta noção ressurgiu, em meio à descrição das relações de sexos como relações sociais, de qualquer modo, incontornáveis. Entretanto, na perspectiva aqui adotada, a “dominação masculina” não é mais uma constante sobre a qual toda reflexão tropeçaria, mas a expressão de uma relação social desigual da que se pode compre-

ender as engrenagens e marcar as especificidades, segundo os sistemas históricos. Ela é um instrumento indispensável para captar a lógica do conjunto de todas as relações sociais. Vamos mais longe. A relação dos sexos e sua expressão, a dominação masculina, não são dissociáveis de outros tipos de desigualdades, e é preciso, incessantemente, dar conta da imbricação de uns com os outros. Se é inútil alimentar o dossiê farto das manifestações e da dominação masculina *in abstracto*, alguns exemplos permitem lembrar as articulações entre este tipo de dominação e outras formas desiguais de relações sociais.

Quando se analisa por quais mecanismos, por quais mediações concretas e simbólicas, a dominação masculina se exerce, constata-se que, em geral, esta dominação não se faz de maneira frontal, mas por meio de definições e de redefinições de estatutos ou de papéis que não concernem unicamente às mulheres, mas ao sistema de reprodução de toda a sociedade. Assim, por exemplo, no século XIX na Grécia, a atribuição das mulheres à vida doméstica e a valorização periódica feita disso, passam subrepticiamente por uma redefinição do estatuto da infância (VARITAS, s.d.) e são inseparáveis das transformações das cidades gregas da época. A dominação masculina se exerce em lugares e por mecanismos os mais diversos que, à primeira vista, não tem nada a ver com as relações entre os sexos. Infelizmente, faltam estudos para aprofundar o conhecimento destes mecanismos que são menos perceptíveis que a violência do confronto direto.

Tanto nas pré-capitalistas quanto nas industrializadas, a dominação masculina é indissociável do modo de produ-

ção dos bens, excluindo as mulheres dos benefícios de seu trabalho. Na produção doméstica as mulheres são exploradas, ao mesmo tempo, no seu trabalho e na sua capacidade de reprodução: o produto do seu trabalho retorna ao seu tutor legal e a procriação submete-se ao controle da comunidade. As mulheres tornam-se, assim, um "bem de uso", situação que não é própria aos sistemas arcaicos. Este modo de produção doméstica prolonga-se com efeito sob outras formas do sistema capitalista, através das relações familiares de produção (empresas artesanais, comerciais, agrícolas). Quer seja na padaria (BERTAUX-WIAME, 1982, p. XXXIV) ou na agricultura, a dominação se exerce pelo monopólio profissional do ofício, do regulamento, das técnicas e da herança patrimonial (BARTHÉLEMY, BARTHES, LABAT, 1984; LAGRAVE, 1985, p. 83-107). A história do dote seria um outro exemplo de desposseção da mulher que se liga estruturalmente à desigualdade dos sexos e ao modo de reprodução de uma sociedade. Enfim, cumpre-se lembrar que, no mundo assalariado, a divisão social do trabalho é, ao mesmo tempo, uma divisão sexual do trabalho (SAINT SAULIEU, 1977).

Recolocar a dominação dos homens no interior do conjunto desigual das relações sociais, tendo em vista a especificidade, mas também a banalidade (conjuga-se muito freqüentemente com a dominação de classe para reproduzir a ordem legítima), permite fazer disso um objeto de conhecimento, de análise, e, assim, ter o controle sobre o que é freqüentemente considerado como inevitável, inelutável. Não se trata mais de evitar esta constatação, de tomar caminhos transversos esperando não mais encontrá-la, mas de enfrentá-la para me-

lhor compreendê-la. Na história, se prestarmos atenção, existem inúmeras estratégias desse confronto. Destas respostas à dominação masculina, queremos falar agora.

Compensações e resistência

Pelo efeito da dominação masculina, as mulheres, em particular, na qualidade de agente da reprodução, são o objeto de uma manipulação particular no seio da arte de governar. Essas artes, nunca constantes, expressar-se-iam por variações dos discursos e das práticas, ligadas aos interesses da família, da sociedade civil e do Estado. O nível de opressão sobre elas varia segundo as épocas. Ao mesmo tempo, as mulheres tiram do sistema compensações de todas as ordens, dentre elas, um certo número de poderes que lhes permite compreender o grau de consentimento que conferem ao sistema, e sem o qual este não poderá funcionar.

Assim, a “fraqueza” das mulheres (e seu capital maternal) lhes vale, nas sociedades industriais contemporâneas, uma relativa proteção como, por exemplo no domínio do trabalho, através de uma legislação específica. Na França, as mulheres param de trabalhar no fundo das minas desde a metade do século XIX; não lhes é permitido o trabalho noturno, limita-se a sua jornada de trabalho, ao ponto de excluí-las de numerosos empregos na indústria. Durante a primeira guerra mundial, a entrada maciça nas indústrias de guerra é acompanhada da higienização dos locais, da instauração de um controle especial (superintendentes de indústria). Ambígua, esta proteção tem

efeitos perversos porque leva a discriminações sexistas e, por fim, ao retorno das mulheres em direção aos setores ditos menos nocivos e mais confortáveis à “natureza” delas, como o trabalho à domicílio. A brutalidade da grande indústria não foi menos indulgente com elas, como no caso da guerra e do serviço militar.

A estas precauções, formais e informais, provavelmente mais que a uma resistência biológica – bastante regredida quando as mulheres acedem ao modo de vida masculino – elas devem, sem dúvida, sua longevidade excepcional. O distanciamento entre as taxas de mortalidade masculina e feminina não cessam de aumentar nas sociedades desenvolvidas; a taxa na França é de oito pontos, em benefício das mulheres de todas as condições. Seriam “as mulheres mais modernas que os franceses do sexo masculino? Por que o sexo fraco, em nossos dias, a cada ano, em maior número, e especialmente na França, é aquele que a tradição continua a qualificar de forte?”, interroga-se um demógrafo (LEVY, 1985). Sobreviventes, freqüentemente administradoras do patrimônio, as mulheres são guardiãs da memória, durante os longos anos de viuvez, às vezes os de seu maior poder, enquanto outras conhecem solidão e privação crescentes (FARGE; KLAPISCH et al. 1984).

A “fraqueza” das mulheres é também a justificativa de uma irresponsabilidade presumida que lhes vale, pelo menos no século XIX, uma indulgência particular diante da justiça. “A mulher não é punível”, diz Michelet. Seguramente não é esta a única razão de uma menor delinqüência que a criminologia contemporânea (Lombroso, *La femme criminelle*, 1895) tentou explicar em termos de “na-

tureza". A circulação reduzida das mulheres, a violência contida em sua formas de expressão ou de vingança concorrem para isso. Contudo, a idéia de que a mulher é um ser menor e que "merece", neste caso, um tratamento paternal, pesa sobre as deliberações, como em matéria de infanticídio ou de aborto, onde as taxas de absolvição são muito elevadas. A percepção do corpo das mulheres como fonte de fecundidade talvez intervenha também para limitar os castigos que lhes são infligidos: poucas criminosas condenadas, cada vez menos condenadas à morte; em 1911, uma lei suprime esta pena para os crimes de infanticídio. Assim, branda criminalidade e branda repressão caracterizam a situação penal das mulheres nas sociedades desenvolvidas. Tocqueville fazia a respeito a observação deste fato na América dos anos 1839. A reivindicação feminista contemporânea da violência e da punição, por surpreendente que seja, compreende-se na perspectiva de um reconhecimento de igual responsabilidade. Mas para a maior parte das mulheres, escapar da polícia e da prisão, e mesmo da suspeita, era antes uma vantagem de que elas tiraram partido e de que, algumas vezes, cujo uso lhes foi pedido, notadamente nos movimentos de resistência.

A *galanterie*, esta forma abastardada dos rituais de corte, os mil estratégias da sedução, os jogos sutis da homenagem e do amor não são apenas prazeres masculinos. Existe, na expectativa da declaração de amor, na posição de um ser a conquistar, na situação de mulher "adorada, mimada, satisfeita" – para recuperar expressões do século de Baudelaire –, compensações próprias a muitas mulheres que delas fazem sua ocupação, suas delícias e seus sonhos. "A

estes prazeres de escrava" muitas mulheres encontravam – encontram sempre – atrativos. Mesmo os deveres de representação, para nós tão fastidiosos, proporcionam satisfação a muitas mulheres. Apalpar tecidos, escolher aqueles do enxoval, usar uma nova roupa, ser, no mundo negro dos homens, as manchas luminosas tão bem representadas pelos impressionistas, numerosas mulheres provaram dessa felicidade, sem contudo perceber as armadilhas. Pode-se fazer a história do desejo? Há uma certa coragem para empreendê-la enfim. O silêncio glacial com relação a este assunto pelos movimentos feministas não prestou serviço a ninguém, sobretudo ao próprio feminismo: será necessário um dia abrir este tema, até aqui, sempre analisado em termos de mulher-objeto ou de mulher-sedutora.

A história da sedução e das formas do desejo masculino e feminino, que ilustram, por exemplo, aquela da aparência (PERROT, 1984b), da maquiagem, do vestuário, da cozinha, do *habitat* ou ainda da publicidade, deveria mostrar mulheres e homens em luta num jogo complexo. As chaves não pertencem mais a uns do que a outros, mas o código, preciso e perceptível, transforma-se rapidamente segundo as épocas, desvelando não somente o estado das relações entre homens e mulheres, mas aquele das representações que a sociedade faz da conquista e da atração entre os sexos. Não existe, desde então, nenhuma razão para não colocá-los como objeto histórico, como se faz com o gosto, a intimidade ou a vida privada.

O reino feminino sobre o imaginário dos homens, a celebração das "mulheres ilustres" na Renascença, o culto dedicado no século XIX à Musa e à

Madona (MICHAUR, 1985), a Marianne e à nova Eva do *Modern Style* (AGULHON, 1979; QUIGER, 1979) são, também, uma compensação pela retirada, senão do espaço público, pelo menos do espaço político, mais que nunca dominado pela estatura do Pai. Nesta função de inspiradora ou de fada dos sonhos – Rainha da Noite – muitas mulheres encontraram sua vitória, preferindo a doçura da sombra à crueldade da competição (o que desesperava feministas como Madeleine Pelletier na virada do século).

As compensações femininas não são apenas da ordem da passividade e da recepção. As mulheres têm também poderes, delegados ou não, de que tiram partido, notadamente na esfera doméstica, onde enraizam sua influência, ao ponto de provar desprazer ou desconfiança com a intrusão dos homens na cozinha ou na arrumação. Hoje ainda, muitas operárias repelem a divisão das tarefas relativas à vida doméstica e buscam conservar a administração do orçamento familiar, sem dúvida uma conquista de grandes lutas no curso do século XIX. Este poder se exerce em primeiro lugar sobre as crianças, e especialmente sobre as filhas. Na mesma medida em que a infância é revalorizada no século XIX, tornando-se objeto de um investimento maior, o papel da mãe é reforçado, freqüentemente em detrimento daquele do pai.⁷ Há uma inflação do poder maternal, personificado em mães tirânicas: aquela dos pares que constituem Baudelaire e sua mãe, Madame Aupick, Flaubert e a dele, Mauriac e aquela de quem ele fez a terrível Genitrix, ou ainda as figuras literárias de Madame Vingtras (Jules Vallès, *L'Enfant*) ou Madame Lepic (Jules Renard, *Poil de Carotte*), largamente autobiográfico, e que desenham a constelação – a

Via láctea – das mães que fazia tremer André Breton. Tendo interiorizado, especialmente na pequena burguesia ávida de reconhecimento e de distinção, os objetivos da ascensão social, estas mães se fazem as guardiãs escrupulosas da ordem moral e das conveniências. Submersas em códigos e deveres, de culpabilidade e de vergonha, elas se fazem os modelos de todas as virtudes, as engrenagens de uma maquinaria de poderes de que elas não podem tirar proveito senão submetendo-se a eles, pagando-se sua revolta freqüentemente com o preço da loucura.

Este poder maternal, que atingiria seu apogeu talvez na virada do século, serve de justificativa às rebeliões “viris” contra as mães e à insipidez das mulheres, que se exprimem tão bem no desenvolvimento de uma literatura masculina própria aos magazines em que a mãe está ausente (BERTHOLET, 1985), como no caso do romance policial, reação contra o sentimentalismo dos romances de folhetim (THIESE, 1985); ou ainda, de maneira mais declarada, no caso da literatura anti-feminista militante (MAUGUE, 1983), e na reflexão teórica que faz do princípio feminino aquele da delinqüência (RIDER, 1982), tese retomada a sua maneira por Richard Sennet.⁸

Este poder se exerce também sobre outras mulheres: sobre a domesticidade das casas burguesas,⁹ obstáculo no qual a identidade feminina se quebra, sobre as filhas e noras das grandes famílias e agregados.¹⁰ Trata-se do poder patriarcal apoiando-se sobre uma pirâmide de poderes subseqüentes ou adjacentes (CLAVERIE; LAMISON, 1982). Esboça-se aí uma espécie de carreira feminina doméstica, suscetível de alimentar aspira-

ções e apaziguar rebeliões. Mais tarde, sogra ou viúva, as mulheres oprimidas reinarão por sua vez. Este *turn over* do poder, propício às manipulações, rompe a solidariedade feminina. Entre todos, o estatuto das viúvas merece uma atenção particular. Restif de la Bretonne em seus *Gynographes* faz delas as detentoras do poder moral no seio da comunidade. Mas o acesso da mulher a um poder reconhecido passa por uma dupla morte: a de seu próprio sexo (a mulher na menopausa é considerada como fora do sexo ou fora de jogo) e a do homem. Sinistra perspectiva cria-se com esta cadavérica vitória.¹¹

No século XIX, o que muda nas relações do público e do privado, é a exaltação de um “poder social”, no início, largamente masculino (ROSANVALLON, 1984), depois, concedido de modo progressivo e parcial às mulheres, convidadas a não mais se contentar com as doçuras do lar, a sair de suas casas. As Igrejas, a República, exaltam “o poder social das mulheres”¹² considerado como fundamental ao desenvolvimento do “Welfare State”. Na Alemanha, tal “poder” toma a forma de uma verdadeira “maternidade social”.¹³ Neste quadro, as mulheres burguesas socorrem, educam, controlam as mulheres pobres e operárias. Sob o estímulo de associações, elas transformam-se de “visitadoras do pobre”, segundo a velha expressão filantrópica (de Gerando), em investigadoras voluntárias, de damas patronesses em assistentes sociais, precursoras dos trabalhadores sociais. Durante a guerra, as superintendentes de fábricas, instituídas pelo ministro da Guerra, o socialista Albert Thomas, saídas das classes abastadas, serão, a partir de então mantidas (FOUCAULT, 1982). Da mesma maneira,

os médicos fazem das mulheres suas aliadas na luta pela higiene que é também uma forma de moralizar a miséria que se esconde por trás da imundície. Muitas mulheres encontravam nisso uma forma de empregar suas energias e de expulsar o sentimento de culpa resultante do confronto de sua ociosidade com a valorização da utilidade do trabalho, crescentes na sociedade.

Como as mulheres servem-se destes poderes e destas falhas, destas porções que lhes são deixadas, destas missões que lhes são confiadas? Como também se quebra a identidade potencial do sexo? Como, ainda, as mulheres sabem – em tal momento, em tal circunstância – contornar a interdição, usar desta astúcia, arma dos dominados, que se lhes fornece de bom grado. M. E. Handmann e Suzan Rogers indagam como tudo isso termina por esvaziar a dominação masculina de seu conteúdo real. É a articulação fina dos poderes e dos contrapoderes, trama secreta do tecido social, que seria preciso pesquisar com uma conduta que, largamente inspirada em Michel Foucault, introduziria a dimensão da relação dos sexos. Sem dúvida, esta via de aproximação é ao mesmo tempo a mais difícil e a mais nova. Ela daria condições de romper as dicotomias muito simples, e de fazer, em suma, uma história interior do poder, familiar, social e política.

Seguramente, a resposta à dominação não reside unicamente num consentimento indiferente, resignado ou prazeroso. As formas de resistência feminina informam outras respostas, cujo inventário mal começou. Certamente, com o passar do tempo, as revoltas frontais contra o poder masculino ficaram raras.

A luta dos sexos tem pouco a ver com o enfrentamento de ordens ou de classes. Exceto em algumas utopias radicais, das quais seria apaixonante demarcar as aberturas e distinguir os ciclos, a vitória de um sexo não pode passar pelo extermínio do outro!

As intervenções femininas na vida urbana inscrevem-se ordinariamente no prolongamento de sua função familiar. É o caso dos motins de subsistência, principal ação pública das mulheres nas sociedades tradicionais e na França até a primeira metade do século XIX. As mulheres agem em nome da economia moral como reguladoras de um desequilíbrio destruidor, introduzido a seus olhos pela avidez dos comerciantes. Elas mantêm este papel. O desaparecimento destas manifestações, num mercado melhor ordenado, foi contudo uma das causas do ocultamento das mulheres do espaço público na segunda metade do século XIX. Nas manifestações contra a carestia do início do século XX (1910-1911), os sindicatos freqüentemente pressionaram as mulheres a fazerem silêncio, ou à adoção de métodos mais formais – e mais viris – de organização. Nesse ponto, a rebelião das donas de casa toma então uma dupla direção: contra os comerciantes, mas, também contra o poder masculino que busca substituí-las nesses levantes que desde tempos imemoriais foi seu apanágio.

Mas, freqüentemente, as mulheres agem como auxiliares dos homens, às vezes com alguma esperança, mais ou menos consciente, de tirar disso algumas vantagens quanto ao reconhecimento de sua identidade e de seus direitos. Isto se verificou durante períodos de guerra ou de lutas de independência nacional,

quando tal esperança geralmente não se concretizou.¹⁴ Mas estas decepções têm um impacto apreciável sobre a tomada de consciência de sexo e poder-se-ia aplicar às pulsações feministas as teorias de Hirschman (1983) sobre o papel da decepção nos ciclos público/privado.

Mesmo as intervenções propriamente feministas, expressão direta dos direitos das mulheres, tão recente quanto as sociedades liberais e democráticas das quais elas são, de alguma forma, o prolongamento lógico (se as mulheres são indivíduos, então elas devem nascer livres e iguais em direitos), produzem-se, na maioria dos casos, nas brechas abertas pelo abalo dos sistemas políticos, nas falhas de uma revolução, nas crises do governo. Como se existisse uma reivindicação latente que discernisse a ocasião de se manifestar.

Retornemos à novidade radical do feminismo e a seu conteúdo mais político que social. No passado, foi no seio da sociedade civil que se exprimiram, mais freqüentemente, resistências e revoltas femininas. Elas se revestem de formas privadas, secretas mesmo, ou encadeiam-se em conivência, suscetíveis de colocar em xeque a dominação. Assim, a reivindicação da gestão do salário dos maridos pelas donas de casa no século XIX lhes dá o direito de supervisionar o trabalho dos mesmos. Este “feminismo” informal tem, algumas vezes, riscos muito grandes; o controle dos nascimentos é um exemplo. No final do século XIX, na França, o crescimento dos abortos, praticados pelas mulheres casadas, múltiparas, é interpretado por Mc Laren como a emergência de um “feminismo” popular. E se os Argelinos eram, freqüentemente, tão hostis a que suas mulheres servissem aos

Europeus como domésticas, moviam-se certamente por um sentimento nacional, mas também porque recebavam o acesso de suas companheiras aos “funestos segredos”, e, como consequência, ao controle da procriação, considerado como o fundamento, por excelência, do poder viril (PERRIERE, 1985).

Conflitos disfarçados, violências abertas ligam a intimidade familiar e as relações dos sexos. Nas questões de honra, as mulheres são mais freqüentemente vítimas das vinganças do que os homens (CLAVEIRE; LAMAISON, 1982; FATELA, 1984). Mas no fundo da “infelicidade” feminina, existe freqüentemente o choque de vontades que se enfrentam. Estudando os crimes ditos passionais no final do século XIX, Joëlle Guillaus-Maury (1984) discerne a vitalidade e a força do desejo manifestado pelas mulheres do povo parisiense e as revanches de que são objeto por parte dos homens por não tolerarem sua liberdade e sua recusa. Quando o direito, substituindo o uso da violência privada pela arbitragem do legislador, permite a separação ou o divórcio (entre 1792 e 1816, e após 1884), os observadores foram surpreendidos com a importância da demanda feminina, largamente majoritária (DESSERTINE, 1981; SCHNAPPER, 1978).

Introduzir este conjunto de reflexões, é deixar de admitir a relação dos sexos como a harmoniosa complementaridade da natureza ou do dever: a “mão invisível” nem opera aqui, nem na ordem econômica ou social.

O jogo político

O jogo político na história das mulheres não é explícito: onde situar o político, e como qualificá-lo?

Utilizando a idéia de dominação, cristaliza-se a afirmação de que é universal e de que tem, como efeito, a necessária exclusão das mulheres da esfera da vida política.. Colocar à frente o estudo da dominação, pelo viés da opressão, como da rebelião, não permite apreender a dominação como uma relação dialética. Na maior parte do tempo, tal abordagem se restringe a um confronto entre dominado *versus* dominante que diz pouco sobre o funcionamento, e nada sobre as causas da dominação. Entretanto, afirmar que as relações de sexos são relações sociais, tem levado a uma distinção entre o social e o político, o que permite, sem dúvida, refinar o conceito de dominação. Com efeito, se a política encontra sua origem no social, dele se distingue por sua função específica: determinar as regras comuns que devem reger a vida coletiva. Se parece possível identificar o poder político, é mais difícil compreender de que modo, enquanto instância de estruturação, de regulação, de coordenação e de controle da sociedade, o político define e interliga aquilo que, historicamente, emana do público e do privado. Basta constatar que os homens foram destinados ao público e as mulheres ao privado, depois de afirmar que o espaço privado não escapa ao jogo político? É necessário antes perguntar como a definição e a repartição dos poderes foram tributários das transformações da esfera política. Neste sentido, não se deve limitar a análise a uma oposição entre o social e o político que recobriria aquele do privado e do público: estas dualidades devem talvez ser apreendidas na sua unidade. Fazer deste problema teórico uma questão particularmente significativa para a história das mulheres é, em si, uma proposição metodológica. Reintroduzindo a dimensão política na

reflexão sobre o masculino/feminino, privilegia-se a noção de público, na medida em que esta noção implica numa reflexão sobre o civil, o econômico e o próprio político, sem para tanto excluir a importância do privado. Ao contrário, a atitude inversa, aquela em que o privado induziria ao público, não mais se afigura como possível. A feminista Jeanne Deroin dizia a Proudhon, célebre partidário da “reclusão” das mulheres no governo da casa, que o homem já tendo a cidade e a família, a mulher podia, ela também, juntar a cidade à família.¹⁵ Ela sublinhava que sua presença na cidade deixa intacta a realidade familiar, enquanto que o inverso, em compensação, afigura-se sempre uma representação satisfatória da vida feminina.

Em lugar de ratificar o fato de que a vida política é um espaço de ausência feminina, ou de seguir as narrativas que minimizam sistematicamente os momentos em que as mulheres intervêm, pode-se propor uma reavaliação de diferentes acontecimentos em que as mulheres participam da história. Reavaliar, isto é, pensar como uma intervenção política aquilo que, em geral, se interpreta como um fato social, leva a perceber as mulheres num tempo histórico em que a singularidade do acontecimento é tão importante quanto a repetição dos fatos culturais. Pode-se, desse modo, reformular o papel das mulheres num motim no século XVIII, nas lutas sociais do século XIX ou nas práticas feministas da era contemporânea. Isto teria como resultado imediato não mais pensar a história das mulheres como a evolução, mais ou menos progressiva, de uma “condição feminina”.

As mulheres são as gestoras de decisões que não tomaram e que não

podem tomar. A cena política construiu-se aceitando a recusa de constituí-las como sujeitos políticos: dizer isto dá um outro relevo a toda intervenção feminina em qualquer acontecimento do qual as mulheres participam, fora do lugar que lhes é tradicionalmente atribuído. Fazendo isto, nós estamos conscientes de voltar a uma concepção do poder que traz à tona os múltiplos poderes que Michel Foucault e outros das ciências humanas procuraram descrever nas sociedades, e ao “retorno do evento” saudado desde há alguns anos. É um procedimento necessário e salutar, num campo de pesquisas em que a utilização ambígua dos diferentes sentidos da palavra poder funciona muito facilmente num sistema de compensação.

É preciso necessariamente, por outro lado, associar a reflexão política ao conceito de poder? Ainda aí, é uma questão de método: o que aconteceria se, no lugar de questionar o poder das mulheres, houvesse interrogação quanto ao uso da liberdade? Seria verdadeiramente uma exigência trocar o sistema de representação, abandonar as categorias de hierarquia ou de compensação. Por exemplo, na história do feminismo, encontra-se o problema do exercício do poder, mas também, da libertação, da emancipação, etc. A que reavaliação do público e do político isto conduziria?

É interessante, com efeito, sublinhar a semelhança que existe entre dois tempos marcantes da constituição de uma esfera política autônoma, em duas sociedades, tão diferentes no tempo e no espaço: Atenas e França – ou as sociedades ocidentais no seu conjunto – do século XIX. As duas pensam a vida da cidade a partir da cidadania do indivíduo e

da sua responsabilidade política; as duas representam o direito do indivíduo de participar do exercício do poder sob a capa de uma universalidade genérica, mas as duas também “esquecem” as mulheres nessa universalidade: o gineceu não é um lugar de exercício da cidadania e o sufrágio universal de 1848 não concerne senão à metade da população. Do esquecimento à exclusão: resta pensar como opera uma universalidade cortada em dois. A exclusão do político não se faz necessariamente em linguagem política: no século XIX, por exemplo, é a partir dos direitos civis que se deduz a interdição das mulheres para a vida política (FRAISSE, 1984, p. 375-380). É, por consequência, o estatuto do universal que funciona como o impensado de uma bipartição sexual da vida em sociedade. Durante este tempo, a representação da diferença dos sexos continua a ser efetiva nos diferentes níveis da vida social. Resta problematizar esta situação paradoxal das sociedades democráticas.

Pode-se, também, observar um movimento inverso produzido pelo próprio estatuto do indivíduo na sociedade democrática contemporânea que permite falar da “inclusão” das mulheres na vida pública e política. Pode-se sublinhar, de uma parte, a melhoria progressiva da condição feminina nestes últimos séculos, e observar, de outra parte, como as lutas feministas forçaram a democracia e a sociedade industrial a integrar as mulheres nos seus campos respectivos, quebrando, assim, a repartição binária de pretensos papéis sexuais, em proveito do direito de escolha do indivíduo. Isto induz a uma problemática nova: não existiria doravante uma disposição de neutralizar a diferença dos sexos? Isto provoca vestígios em Ivan Illitch que vê na nova socie-

dade o triunfo do unissex (ILLITCH, 1983): recusar a exclusão das mulheres conduziria à produção de um neutro: obter a igualdade provocaria uma perda da identidade sexual.

Refletir desta forma é confundir os níveis. Na medida em que se reinterpreta a categoria do universal, o neutro pode ser pensado como uma chance para as mulheres. Não há o que temer com relação à diferença dos sexos no que tange a seu interesse e a sua razão, ou seja, ao nível da relação entre duas pessoas sexuadas. Trata-se de fazer o caminho inverso do que foi a história: na construção social da diferença dos sexos, se a desconstruiu, simbolicamente, no nível do político, pela exclusão e não pela inclusão. Esta categoria do neutro só pode ser útil na medida em que é provisória e operatória. Ela tem o mérito, em todo o caso, de suscitar uma reflexão sobre o público e o político, de maneira a reintroduzir, em seguida, de uma forma menos banal e menos tradicional, a divisão real entre o público e o privado.

Uma hipótese de trabalho

Como interpretar a diferença dos sexos diante de uma transformação histórica? Quando se produz um fato importante, uma “ruptura” da ordem política, econômica, jurídica ou tecnológica, como se está representando e redefinindo cada um dos dois sexos, assim como a relação entre ambos? Tomar alguns exemplos de ruptura e analisar ao mesmo tempo suas causas e seus efeitos teria como vantagem melhor compreender de que modo as mulheres – e a diferença dos sexos – inscrevem-se no

tempo histórico. Poder-se-ia, em seguida, estabelecer um encontro operatório entre uma cronologia masculina, até aqui evidente, e a história da intervenção feminina. Disto decorre que a história das mulheres seria, sem dúvida, obrigada a se escrever sob uma forma menos global e menos atomizada. Sublinhar o termo de ruptura – mais do que aquele do evento – impede de retomar a oposição criticável do tempo longo e do tempo curto, e daí negligenciar um e seguir em direção à pesquisa do outro. Isto permite também não se limitar à reflexão que toma a mulher como único agente de um momento histórico (problema colocado mais especificamente pela história do feminismo (FRAISSE, 1984; KLEYMAN; ROCHEFOR, 19??; ROCHEFOR, 19??; RIOT-SARKEY, 19??) e jamais omitir sua intervenção, sua participação ou suas reações no campo social, político e “cultural”.

Esta hipótese de trabalho estabelece de maneira metodológica e teórica várias séries de questões. A partir do estudo de uma ruptura – transformação ou subversão – tocando diretamente ou indiretamente a vida das mulheres, pode-se interrogar sobre a maneira pela qual evolui ulteriormente a relação entre os sexos, e trabalhar sobre as eventuais modificações dos sistemas de representação. Isto deveria contribuir para melhor esclarecer o conjunto dos parâmetros que a compõem (se existe evolução, pode-se dele determinar as causas, as consequências e também os riscos) e decodificar, um a um, todos aqueles que dizem respeito ao desejo de igualdade, a uma presença da opressão, a um processo de revanche das mulheres ou aos três ao mesmo tempo. Enfim, esta análise favoreceria, simultaneamente, as mudan-

ças na interpretação da história em geral e aquela das mulheres em particular. Alguns exemplos podem esclarecer esta hipótese de trabalho: eles tocam tanto a vida civil, política, econômica quanto a profissional.

A instauração do dote no final da Idade Média ou o direito ao divórcio entre 1792 e 1816, através de lei, foram acontecimentos jurídicos que disseram respeito diretamente à vida das mulheres. Já a Revolução Francesa não se constituiu num fato que interessasse diretamente à diferença dos sexos, mas que pode ser interpretada de perspectivas diversas do ponto de vista do Homem, dos homens ou das mulheres. Assim, esta subversão social e política, pensada e admitida, por alguns, como um progresso, é necessariamente vivida e interpretada como tal pelas mulheres do século XIX? Introduzir este tipo de contradição, ou pelo menos de paradoxo na análise, é uma proposta para repensar o estudo de um fato histórico. A instauração do dote foi usualmente reconhecida como um progresso na condição feminina. Ora, um trabalho sobre as consequências da prática do regime dotal exporia um novo aspecto das coisas: atrás do aparente poder econômico que a mulher tiraria do dote, instalar-se-ia um uso tendente a despojá-la, através de malversações concretas de gestão e de herança. Percebe-se, assim, que valorizando, simbolicamente, a pessoa da mulher, introduzem-se mecanismos sutis de identificação, por conseguinte, de consentimentos das mulheres quanto às estratégias de dominação nem sempre perceptíveis.

A cronologia segmentada do direito ao divórcio – concedido, retomado, depois concedido novamente em 1884 –

pode permitir uma reflexão sobre as produções simultâneas de atos de liberdade, ou de consentimento, no espaço de alguns decênios. Por outro lado, estas hesitações jurídicas mostram, talvez, menos o medo da independência feminina (estatisticamente, o divórcio é majoritariamente exigido pelas mulheres), do que a inquietude de um certo “ruído” entre os domínios privado e público, já que se trata de um ato que força o privado a se transformar em público. Tal discussão, tão acalorada no século XIX, talvez seja mais que um mero capítulo de história das mulheres. Enfim, o direito ao voto, concedido às francesas em 1944, admitido como um evento inelutável e retardatário na França, permite pensar na intervenção das mulheres sobre o domínio

político. Se as conseqüências deste direito são o objeto de debates, suas condições de produção podem nos interessar mais ainda: concedido numa simples alínea, num projeto de lei sem relação direta com a vida das mulheres, parece fora das lutas feministas que contribuíram para obtê-la.

Reencontrar o sentido de um acontecimento que leva a uma ruptura, é recusar supostas evidências. É recolocar em questão a idéia, sempre viva nos espíritos dos historiadores a(s) de que a história das mulheres avança, finalmente, sendo desejável, para tanto que as visões de contraste e contraditórias sejam consideradas.

Abstract

This article, a critical account of the Women's History prouction under feminist basis during the 1970s and 1980s, draws a balance of the concepts that come thereafter and of their effects in historical knowledge. Making use of the issues and objects established by the research on masculine and feminine and also of the conceptual revision arisenwith the new trends of historiography, the article evaluates its changes and recognizes its actual contribution to the research on domination power and counter-power, the public and private, and many others of great interest to Social History.

Keywords: Women's history; historyography; Feminism.

Referências

AGULHON, M. *Marianne au combat (1789-1880)*. L'imagerie et la symbolique républicaine. Paris: Flammarion, 1979.

BARTHÉLEMY, D.; BARTHEZ, A.; LABAT, P. Patrimoine foncier et exploitation agricole, Paris: SCEES, 1984 (Collection de statistiques agricole, *Étude*, nº 235).

- BERTAUX-WIAME, I. L'installation dans la boulangerie artisanale, *Sociologie du Travail*, XXXiv, 1982.
- BERTHOLET, D. *Conscience et inconscience bourgeoises: la mentalité des classes moyennes françaises, décrite à travers deux magazines illustrés de la Belle-Époque*. 1985. Thèse de l'Université de Genève, 1985.
- CERTEAU, M. de. *L'invention du quotidien. Arts de faire*. Paris, n° 10/18, p. 18, 1980.
- CLAVERIE, E; LAMAISSON, P. *L'impossible mariage. violence et parenté en Gévaudan (XVII^e, XVIII^e et XIX^e siècles)*, Paris: Hachette, 1982.
- DESSERTINE, D. *Divorcer à Lyon sous la révolution et l'Empire*. Lyon: PUL, 1981.
- SCHNAPPER, B. La séparation de corps de 1837 à 1914, essai de sociologie juridique. *Revue Historique*, IV-V, 1978. *ÉTUDES rurales*, n. 92, p. 9-40, oct.-déc. 1983.
- FARGE, A; KLAPISCH, ch. et al. *Madame ou mademoiselle? Itinéraires de la solitude des femmes, XVIII^e -XIX^e siècles*. Paris: Montalba, 1984.
- FATELA, J. Gomes. *Le sang et la rue: l'espace du crime au Portugal (1926-2946)*. 1984. Thèse de 3^e cycle. Paris VII, 1984.
- FOURCAUT, A. *Femmes à l'usine*. Paris: Maspero, 1982.
- GÉLIS, J. *L'arbre et le fruit: la naissance dans l'Occident moderne, XVI^e-XIX^e*. Paris. Fayard, 1984.
- GEERTZ, C. *The interpretation of Culture*. New York: Basic Books, 1983.
- GUILLAIS-MAURY, J. *Recherches sur le crime passionnel à Paris au XIX^e siècle*. 1984. Thèse de 3^e cycle, Paris VII, 1984. A ser lançado pelas edições O orban.
- HANDMANN, M. E. *La violence et la ruse: hommes et femmes dans un village grec*. Aix-en-Provence: Edisud, 1983.
- ILLICH, I. *Le genre venaculaire*. Paris: Seuil, 1983.
- LAGRAVE, R. M. Bilan critique des recherches sur les agricultrices en France. *Études rurales*, n. 92, p. 9-40, oct.-déc. 1983.
- _____. Égalité de droit, inégalité de fait entre hommes et femmes en agriculture. *Connexions*, n. 45, p. 93-107, 1985.
- KLEJMAN, L.; ROCHEFORT, F. Feminisme, histoire, mémoire. *Pénélope*, n. 12, p. 129-138.
- LES ASSOCIATIONS féminines, *Pénélope*, n. 11, automne 1984.
- LEVY, M. L. Modernité, mortalité. *Population et Sociétés*, n. 192, juin 1985.
- MATHIEU, N. L'arraisonnement des femmes. *Cahiers de l'Homme*, p. 175, 1985.
- MAUGUE, A. L. *La littérature antiféministe en France de 1871 à 1914*. 1983. Thèse. Paris III, 1983.
- MICHAUD, S. *Muse et Madone: visage de la femme de la Révolution française aux apparitions de Lourdes*. Paris: Seuil, 1985.
- PERRIÈRE, C. B. de la. *Les employées de maison musulmanes au service des Européens pendant la guerre d'Algérie*. 1985. Thèse de 3^e cycle. Paris VII, 1985.
- PERROT, Ph. *Le travail des apparences*. Paris: Seuil, 1984.
- QUIGER, M. *Femmes et machine de 1900: lectures d'une obsession* Modern Style. Paris: Klincksicck, 1979.

- RIDER, J. le. *Le cas Otto Weininger, Racines de l'antiféminisme et de l'antisémitisme*. Paris: PUF, 1982.
- RIOT-SARCEY, M. Mémoire et oubli. *Pénélope*, n. 12, p. 139-168.
- ROUBIN, L. Espace masculin, espace féminin en communauté provençale. *Annales ESC*, n. 2, 1970.
- SAINSAULIEU, R. *L'identité au travail*. Paris: Presses de la Fondation Nationale de Sciences Politiques, 1977.
- SCHNAPPER, B. La séparation de corps de 1837 à 1914, essai de sociologie juridique. *Revue Historique*, IV-V, 1978.
- SÉGALEN, M. *Mari et femme dans la société paysanne*, Paris, Flammarion, 1980.
- SMITH, B. *The ladies of the Leisure Class, the Bourgeoises of Northern France in the XIXth Century*. Princeton: Princeton University. Press, 1981.
- THIESSE, A. M. *Le roman du quotidien: lecteurs et lectures populaires à la Belle-Époque*. Paris: Le chemin Vert, 1985.
- WEINER, A. *La richesse des femmes ou comment l'esprit vient aux hommes (îles Trobiand)*. Paris: Seuil, 1983.
- _____. Plus précieux que l'or: relations et échanges entre hommes et femmes dans la société d'Océanie. *Annales ESC*, n. 2, p. 222-245, 1982.
- VARIKAS, E. *Genèse d'une conscience féministe dans la Grèce du XIX^e siècle, 1887-1907*. Thèse, Université de Paris VII, [s.d.].
- VOVELLE, M. L'histoire et la longue durée. In: LA NOUVELLE histoire. Paris: Encyclopédie du Savoir Moderne, p. 316-343, 1978.